

Sumário

1.	Por uma teoria dos procedimentos especiais	17
2.	Procedimento comum e procedimento especial na doutrina clássica: delimitando os conceitos	21
2.1.	O procedimento comum: padronização e preferibilidade.....	21
2.2.	Conceito de procedimento especial	23
3.	Fatores que justificam a criação de procedimentos especiais: o movimento da “tutela diferenciada” e a adaptação legislativa aos “novos” direitos	27
4.	Características do procedimento especial na literatura tradicional.....	37
4.1.	Legalidade.....	37
4.2.	Taxatividade e tipicidade fechada.....	39
4.3.	Excepcionalidade	40
4.4.	Indisponibilidade.....	41
4.5.	Inflexibilidade.....	42
4.6.	Infungibilidade.....	43
4.7.	Exclusividade.....	45
5.	Procedimentos especiais opcionais e procedimentos especiais obrigatórios.....	47
6.	Direito à escolha do procedimento	51
7.	O CPC e os procedimentos especiais.....	53
7.1.	Procedimentos especiais do próprio Código e da legislação extravagante. O ideário da “era das codificações”: unidade normativa e uniformidade interpretativa	53
7.2.	Criação de novos procedimentos especiais e aperfeiçoamento de procedimentos especiais tradicionais. O caso da ação de oposição	55

7.3.	Eliminação e pseudoeliminação de alguns procedimentos especiais no CPC-2015.....	55
7.4.	O caso dos procedimentos especiais do CPC-1939, mantidos em vigor por força do art. 1.218 do CPC-1973. O art. 1.046, §3º, CPC. O problema da ação de dissolução total de sociedade empresária	60
7.5.	Procedimentos especiais da legislação extravagante. O art. 1.046, §2º, CPC.....	62
7.6.	Remissões ao CPC na legislação extravagante. O art. 1.046, §4º, CPC.....	62
7.7.	Diretriz hermenêutica para identificar o impacto do CPC na legislação processual extravagante. Aplicações	64
7.8.	Relação entre o procedimento comum e os procedimentos especiais	68
7.8.1.	Características do procedimento comum brasileiro estruturado pelo CPC-2015	68
7.8.2.	A aplicação subsidiária do procedimento comum aos procedimentos especiais	70
7.8.3.	O art. 327, §2º, CPC: flexibilidade do procedimento comum pelas técnicas especiais. O livre trânsito das técnicas especiais entre os procedimentos. Exemplos	72
7.8.4.	Transporte de técnicas do procedimento comum aos procedimentos especiais (art. 318, p. ún., CPC).....	79
7.8.5.	Transporte de técnicas entre os procedimentos especiais	80
7.8.6.	O art.1.049, par. ún., CPC: o procedimento comum como sucessor do procedimento sumário, ao qual podem ser incorporadas técnicas especiais.....	86
7.8.7.	Trânsito de técnicas entre procedimentos recursais, incidentais, executivos e de jurisdição voluntária.....	87
7.9.	Livre trânsito de técnicas processuais entre as portas de acesso à justiça	93
8.	A necessidade de reformulação da teoria tradicional dos procedimentos especiais à luz do sistema do CPC-2015.....	97
8.1.	Legalidade e rigidez x flexibilização procedimental.....	97
8.2.	Previsão enumerativa de procedimentos especiais. atipicidade das técnicas processuais e Possibilidade de analogia	102

8.3.	Disponibilidade sobre o procedimento. As convenções processuais e a autonomia das partes.....	103
8.4.	Novas relações entre o procedimento comum e os procedimentos especiais	106
8.4.1.	Eficiência e procedimentos especiais. Dos procedimentos às técnicas processuais especiais...	106
8.4.2.	Funcionalidade procedimental. Contra a fratura funcional “comum x especiais”. O procedimento comum como <i>habitat</i> adequado a técnicas processuais diferenciadas	110
8.4.3.	De volta ao Código, mas sem unitariedade. Heterointegração e sinergia aplicativa. Complementaridade e compatibilidade da técnica especial ao procedimento comum.....	111
8.4.4.	Da subsidiariedade à supletividade. Impossibilidade de aplicação do critério da especialidade na antinomia de normas jurídicas....	113
8.4.5.	Fungibilidade entre procedimentos especiais ou entre eles e o procedimento comum. Parâmetros aplicativos	116
9.	O futuro dos procedimentos especiais no contexto do Direito Processual Civil brasileiro atual.....	123
10.	Técnicas de diferenciação do procedimento	131
10.1.	Autorização para a concessão de tutela provisória satisfativa.....	133
10.2.	Restrições cognitivas ou probatórias.....	134
10.3.	Proibição de alguns incidentes processuais ou de alguns recursos	136
10.4.	Previsão de fases procedimentais específicas	137
10.4.1.	Generalidades	137
10.4.2.	O caso do contraditório prévio para a apreciação do pedido de tutela provisória liminar	137
10.5.	Fragmentação do julgamento do mérito	139
10.6.	Redefinição da forma ou do prazo de alguns atos processuais.....	139
10.7.	Redefinição das situações jurídicas processuais.....	140
10.8.	Inversão do ônus de iniciativa do contencioso ou monitorização do procedimento	142
	Referências	145